

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 8/2024

Última atualização 19/08/2024

Local: Coari/AM **Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Unidade compradora: 158447 - INST.FED.DA ED.,CIENC.,E TEC.DO AM/C.COARI

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 19/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 10792928000100-1-000083/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Segunda etapa da manutenção do grupo gerador do campus Coari (manutenção corretiva com substituição de peças por profissional técnico especializado enviado ao campus).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 40.819,76	R\$ 40.819,76

Itens

Arquivos

Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	1	R\$ 12.953,50	R\$ 12.953,50	
2	Peça / Acessório - Motor Gerador Energia componentes: bomba d'água, referência: cummins part number 4891252 / 5294721, aplicação: motor cummins	1	R\$ 27.866,26	R\$ 27.866,26	

Exibir:

1-2 de 2 itens

Página

Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

